

# **Para além da obra da juventude de Lukács (ou a ainda desconhecida *Ontologia*)**

*Beyond Lukács' early writings (or the still unknown  
Ontology)*

**Álvaro Martins Siqueira\***  
**Sávio Freitas Paulo\*\***

## **Resumo**

O objetivo deste artigo é avaliar e contestar os motivos levantados por István Mészáros para que a ética e ontologia de György Lukács sejam rejeitadas. O argumento está dividido em três partes. Na primeira parte, contra a ideia de que Lukács nutre um otimismo ético e que o trabalho representa uma nova identidade entre sujeito e objeto, discutimos o escopo geral de sua ontologia e o papel que o trabalho assume nela. Na segunda, desenvolvemos alguns elementos da teoria do estranhamento lukácsiana. Na terceira, mostramos como o agir teleológico é condicionado ao campo de ação de possibilidades e às decisões tomadas “sob pena de ruína”. Com isso concluímos que a obra considerada “madura” do filósofo ainda é desconhecida até por intelectuais próximos a ele, e que a crítica do modo de produção capitalista pode se beneficiar de uma leitura que vá além das obras da juventude de Lukács.

**Palavras-chave:** ontologia social; ética; trabalho; estranhamento

## **Abstract**

The purpose of this article is to evaluate and contest the reasons put forward by István Mészáros for rejecting György Lukács' ethics and ontology. The argument is divided into three parts. In the first part, against the idea that Lukács nurtures an ethical optimism and that labor represents a new identity between subject and object, we discuss the general lines of his ontology and the role that labor plays in it. In the second part, we develop some elements of Lukács' theory of estrangement. In the third, we show how teleological behavior relates to concrete determinations such as the field of possibilities for action and decisions made “at the price of defeat”. We conclude that the philosopher's work considered as “mature” is still unknown – even to intellectuals close to him – and that the critique of the capitalist mode of production can benefit from insights that go beyond Lukács' early works.

**Keywords:** social ontology; ethics; labor; estrangement

---

\* Pós-doutorando em Sociologia Política na UENF. Membro do Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas sobre Marx e o Marxismo (NIEP-Marx) e do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Ontologia Crítica (GEPOC), ambos da UFF. E-mail: alvaromsiqueira@gmail.com.

\*\* Doutorando e professor substituto de Economia na UFF. Membro do Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas sobre Marx e o Marxismo (NIEP-Marx) e do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Ontologia Crítica (GEPOC), ambos da UFF. Bolsista FAPERJ nota 10. E-mail: savio.freitas37@gmail.com.

## Introdução

Na última década de sua vida, György Lukács troca correspondências com diversos intelectuais<sup>1</sup>, além de manter vivo o debate com seus discípulos da “Escola de Budapeste”. Era de seu interesse debater e revisar o conteúdo dos manuscritos da *Ontologia*<sup>2</sup>, publicada postumamente e formulada como base para uma *Ética* jamais escrita. Lukács, como sabemos, não costumava ser poupado de críticas, inclusive daqueles ao seu redor<sup>3</sup>. Um bom exemplo disso pode ser visto na relação de Lukács com István Mészáros, que deixou um legado teórico volumoso e bastante significativo na direção da necessária renovação do marxismo, defendida por Lukács face à vulgarização stalinista. Mas não são poucas as críticas que Mészáros faz a seu antigo mestre, sobretudo em *Para além do capital* (Mészáros, 2002 [1995]).

Mészáros, assim como Lukács, nasceu em Budapeste e vivenciou um atribulado período histórico na Hungria: desde a aliança com a Alemanha nazista para a conquista dos povos eslavos (1939-1945), passando pela derrota dessa frente para a URSS e a consequente instauração de uma democracia popular revolucionária, até o estabelecimento de uma ditadura de caráter stalinista em 1949 (Del Roio, 2017, p. 2). A partir do pós-Segunda Guerra Mundial, Mészáros aprofunda seus estudos na filosofia marxista, tendo Lukács como orientador. De acordo com Del Roio (*ibidem*), era provável que Mészáros substituísse Lukács em seu posto na Universidade de Budapeste, mas a crise stalinista que ocorre após a divulgação do relatório Krushev, em 1956, mudaria a situação de ambos. Lukács foi deportado para a Romênia, voltando para a Hungria logo após o apaziguamento da condição política em seu país natal – o que não impediu que o autor continuasse a sofrer ataques de opositores políticos e intelectuais até a sua morte; já Mészáros vai primeiramente para a Itália e depois se estabelece no Reino Unido. Contudo, o contato entre os dois pensadores nunca cessou, seja por meio da troca de correspondências ou em encontros ocasionais. Por isso, em que pesem suas divergências teóricas, é evidente que Lukács influenciou a produção de Mészáros.

Mészáros escreveu obras importantes ao menos desde a década de 1960, como *A teoria da alienação em Marx* (Mészáros, 2016 [1970]) e *O conceito de dialética em Lukács* (Mészáros, 2013). Nesta última, é discutida a originalidade e a evolução que a “dialética” adquire nos textos de Lukács durante sua extensa trajetória política e intelectual. No prefácio é reconhecido que a análise não estaria completa sem incorporar profundamente os argumentos da última obra lukácsiana, sendo que as vagas referências feitas à ontologia são retiradas apenas de suas entrevistas. É na monumental *Para*

<sup>1</sup> Do que resultam materiais como a coletânea *Essenciais são os livros não escritos* (Lukács, 2020) e *Conversando com Lukács* (Lukács, 2014).

<sup>2</sup> Aqui considerando os dois volumes de *Para uma ontologia do ser social* (Lukács, 2012; 2013) e os *Prolegômenos para uma ontologia do ser social* (Lukács, 2010).

<sup>3</sup> Após a morte de Lukács, mas antes da publicação da *Ontologia*, vieram a público as anotações extremamente críticas e polêmicas de Agnes Heller, Ferenc Fehér, György Márkus e Mihály Vajda. Esses autores foram discípulos e fizeram parte da esfera de convívio de Lukács, mas acharam oportuno que suas críticas permeadas de percepções de cunho pessoal (para ficarmos aqui com um eufemismo) em *Notes on Lukács' Ontology* (Feher *et al*, 1976) fossem publicadas antes da publicação da última grande obra do filósofo. Não é nenhuma surpresa que essas notas tenham provocado um clima extremamente desfavorável para a apreciação da própria obra de Lukács. O leitor, como ressalta Tertulian (1996, p. 54), ainda não tinha qualquer possibilidade de contrastar a obra e as suas críticas.

*além do capital* (2002 [1995]) que Mészáros dialoga de forma crítica (e polêmica) com as teses desenvolvidas por Lukács desde a sua juventude pré-marxista até o fim de sua vida, evidenciando uma série de contrapontos em relação à resolução ética/ontológica lukácsiana.

Em *Para além do capital*, o autor busca determinar as especificidades assumidas pelo caráter incontrolável do capital em sua relação com o Estado e o conjunto da vida social. Mészáros oferece uma leitura na qual o Estado funciona como garantidor da hierarquia social geradora do estranhamento e da exploração (Del Roio, 2017, p. 4). Como esclarece Oliveira (2021, p. 36-37), nessa obra, o filósofo húngaro pretende capturar as determinações mais íntimas do capitalismo pós-1970, evidenciando que a incontrolabilidade proveniente do movimento de acumulação esbarra em limites absolutos, o que caracterizaria a crise estrutural do capital.

Todo esse argumento é construído com base em uma leitura crítica do Estado, incluindo as formas que emergem das experiências socialistas, sobretudo a stalinista. Nesse sentido, são muitos os interlocutores de Mészáros, sendo que a Lukács são abertamente dedicados nada menos do que cinco capítulos inteiros. É sobretudo no último deles que Mészáros se debruça sobre as teses da *Ontologia*, com objetivo de evidenciar problemas ético-filosóficos que acompanham Lukács desde sua “juventude romântica” até a maturidade teórica. Neste trabalho sustentamos que as críticas de Mészáros a Lukács são muitas vezes imprecisas e que uma apreciação justa da obra lukácsiana ainda é um expediente a ser cumprido.

Para isso, dividiu-se este texto em três seções, além desta introdução e das considerações finais. Na primeira seção são discutidos os problemas apresentados na crítica de Mészáros sobre o suposto “otimismo ético” de Lukács. Na segunda, contestamos as críticas de Mészáros à teoria do estranhamento lukácsiana. Na terceira seção, apresentamos como se vinculam o agir teleológico e o surgimento de determinações concretas, relação pouco compreendida por Mészáros.

### **1. O suposto otimismo ético de Lukács e problemas da categoria trabalho na *Ontologia***

O eixo central da crítica de Mészáros a Lukács refere-se à manutenção de alguns elementos ético-filosóficos relacionados ao caminho para a emancipação humana, perseguidos por ele desde a juventude. O argumento de Mészáros, ao nosso ver, pode e precisa ser dividido em pelo menos duas linhas, que serão discutidas nesta seção: i) há, em Lukács, uma espécie de otimismo romântico quanto ao papel da esfera ética na emancipação humana e ii) essa atitude é mantida – e até se acentua – no fim da vida do autor com sua obra ontológica. O objetivo desta parte do artigo é defender que, ainda que Mészáros ofereça argumentos convincentes para i), podemos levantar motivos para recusar a proposição ii). Diante da volumosa e instigante obra de Mészáros, que, em várias ocasiões, se debruça sobre as questões que este artigo visa discutir, foi preciso reduzir a análise a momentos específicos e, esperamos, representativos de seu argumento.

Em primeiro lugar, Mészáros oferece uma crítica das obras da juventude pré-marxista de Lukács: *A alma e as formas* e *A teoria do romance*. O autor destaca que a primeira dessas obras, em especial o ensaio “A metafísica da tragédia”, expressa o ide-

alismo extremamente acentuado e paradoxal do jovem Lukács, que muito embora estivesse, no fundo, inconformado com a situação concreta de seu tempo, só era capaz de exprimir suas contestações no plano ético abstrato. Os limites da perspectiva lukácsiana são destacados por Mészáros: tanto a defesa de uma individualidade levada ao extremo, quanto a visão determinista de história. Ambos seriam, segundo ele, derivados da concepção de Lukács sobre a metafísica da tragédia (Mészáros, 2002, pp. 352-353). Nesse contexto, afirma, Lukács formulava uma ética ausente de dimensão histórica, sem objeto e inaplicável, cuja “força” seria presumidamente independente de essa ética ser ou não realizável (*ibidem*, p. 357).

Com *A teoria do romance*, Lukács teria sido capaz de romper em parte com esse discurso filosófico, oferecendo um quadro de referência “mais tangível e de intenção mais radical”, ainda que utópico. Essa obra foi escrita no início da Primeira Guerra Mundial, o que estimulou Lukács a formular sua ética como uma ética “de esquerda”: não era mais possível, conforme apontavam suas conclusões de *A alma e as formas*, “esquecer a existência de tudo que fosse problemático” (Lukács *apud* Mészáros, 2002, p. 358). Lukács agora, em lugar de uma “rebelião ética, ainda vaga e sem direção, que lentamente emergia” (Mészáros, 2002, p. 356), assumiu uma ética de esquerda combinada com uma epistemologia de direita, como o próprio autor veio a diagnosticar posteriormente<sup>4</sup>.

Mas Lukács só conseguiu conceber caminhos concretos para que o indivíduo se apropriasse da história ao testemunhar a Revolução de Outubro, dois anos após finalizar a redação de *A teoria do romance*. Pela primeira vez, Lukács visualizava uma saída não-abstrata para a crise. Ela ocorreria através “da intervenção consciente de um sujeito histórico tangível no processo histórico real” (*ibidem*, p. 359). Essa visão foi expressa, como se sabe, em sua famosa *História e consciência de classe* (daqui em diante *HCC*). Mészáros, por um lado, reconhece o mérito da obra, que investiga a “‘estrutura ideológica fundamental do capitalismo’ e as formas mais abstratas de consciência que dela emanam” (*ibidem*, p. 361), já que sem uma crítica precisa sobre a ideologia dominante seria impossível empreender as tarefas históricas específicas capazes de objetivar a emancipação.

Contudo, Mészáros destaca diversos aspectos problemáticos no que diz respeito ao “caminho da emancipação”. Um deles é que, para solucionar a “crise ideológica” do proletariado internacional – em grande medida derivada da problemática práxis adotada pela Segunda Internacional –, Lukács atribui ao Partido Comunista e aos “intelectuais responsáveis comprometidos política e moralmente” (*ibidem*, p. 367) a função messiânica de vanguarda da revolução. Além disso, Mészáros destaca o fato de que *HCC* representou teoricamente, no plano histórico, os anseios despertados pela perspectiva de revolução na Rússia, um país extremamente atrasado e considerado o “elo mais fraco da corrente”<sup>5</sup>. Esta situação impôs a Lukács, na avaliação de Mészáros, um dilema: ele só foi capaz de superar o “pessimismo romântico” exaltador da tragédia das obras anteriores com a adoção de um “otimismo romântico” messiânico em *HCC* (Mészáros, 2002, p. 83).

<sup>4</sup> No prólogo de 1962 de *A teoria do romance*, Lukács avalia a obra como “síntese de ética de esquerda e epistemologia de direita” (Lukács *apud* Vaisman, 2005, p. 304).

<sup>5</sup> Uma expressão formulada originalmente por Lênin, muito usada por Mészáros (2002) para indicar a inspiração leninista de Lukács.

Na leitura de Mészáros, o problema presente nos textos da juventude de Lukács refere-se precisamente à forma como a superação do estranhamento é conjecturada: o indivíduo, por um lado, assume compromissos éticos em prol da superação do estranhamento. Cabe ao Partido, por outro lado, ser o guardião desse valor moral capaz de orientar a classe trabalhadora sobre as tarefas necessárias à emancipação, exercendo contrapeso aos estranhamentos gerados pela sociabilidade do capital (*ibidem*, p. 368). Uma formulação muito clara deste ponto de vista também se encontra no ensaio *Tática e ética*, escrito dois anos após a Revolução de Outubro.

Até aqui as críticas de Mészáros parecem convincentes, e encontram certo respaldo tanto na avaliação dos comentadores quanto nas avaliações do próprio Lukács. Contudo, um problema, a nosso ver, da argumentação de Mészáros é que ele parece transpor inadvertidamente essas mesmas atitudes para o final da vida de Lukács, sustentando que uma similar sobrevalorização da ética estende-se até *Para uma ontologia do ser social* e para as notas preparatórias da *Ética*.

Por exemplo, Mészáros afirma que a “A metafísica da tragédia” expressa uma visão trágica sobre a conexão entre necessidade histórica e a luta pela individualidade, que foi o pano de fundo para a adesão de Lukács ao marxismo, e diz que essa mesma visão trágica “jamais o abandonou” (*ibidem*, p. 354). Mais adiante, Mészáros afirma que Lukács continuou a defender transformações no modo de viver por meio da intervenção ética de maneira “tão forte quanto antes, ainda que [essa defesa] tivesse que soar tão abstrata como nunca nos últimos anos de sua vida” (*ibidem*, p. 372).

Entendemos, ao contrário, que as formulações da *Ontologia* sobre o estranhamento não podem ser consideradas “românticas” como as das obras pré-marxistas ou mesmo “messiânicas” como aquelas presentes em *HCC* – a próxima seção do artigo trata desse assunto. Parece-nos razoável dizer desde já que Lukács efetivamente abandonou suas visões trágicas da juventude e que, além disso, as concepções sobre ética deixadas por ele na *Ontologia* possuem um fundamento filosófico realista, diferentemente das formulações em abstrato que marcaram sua juventude. O fato é que, para Mészáros, o argumento da *Ontologia* essencialmente preserva os elementos negativos presentes nos primeiros textos filosóficos de Lukács, sobretudo no que se refere ao aspecto da ética enquanto mediadora de um agir humano que supere a generidade em si. Nas palavras do autor:

Em sua *Ontologia do ser social*, assim como nos delineamentos fragmentários de sua *Ética*, ele se apoia – esperança sem esperança – no poder postulado da “ética como mediação”, reafirmando sua eficácia na ausência de forças sociais identificáveis e de movimentos políticos viáveis engajados na luta para romper o círculo vicioso das mediações de segunda ordem do capital (*ibidem*, p. 369).

Mészáros defende, portanto, que em sua fase de maturidade Lukács conserva – e aprofunda – o mesmo otimismo romântico quanto à esfera ética, reiterando em diversas ocasiões que a concepção lukácsiana de “ética como mediação” faz com que o autor considere secundários ou irrelevantes os estranhamentos. Contra isso argumentamos que Mészáros parece não levar em conta que a reflexão proposta por Lukács para compreender a ontologia social toma como ponto de partida a gênese do ser social e o exame dessa gênese mostra vínculos entre os problemas da ontologia e da ética. Mas a

gênese do ser social não se deu na sociedade capitalista. Por isso o problema dos estranhamentos da sociedade capitalista não é discutido desde o início da *Ontologia*. Revela-se no texto de Mészáros o entendimento de que a contribuição de Lukács seria uma teoria compromissada exclusivamente com o entendimento da sociedade contemporânea.

Mészáros alega que seu antigo mestre se vê obrigado a abstrair da realidade do processo de trabalho sob o comando do capital para poder afirmar que um aspecto importante e permanente do processo de trabalho são as alterações que o trabalho faz surgir no indivíduo, entre elas o controle dos instintos, das emoções *etc.* Ao contrário do que ele considera, Lukács está considerando a realidade do trabalho de um ponto de vista ontológico, como aquilo que marca não apenas a sociedade capitalista, mas toda a sociedade. O alvo dessa crítica de Mészáros (2002, pp. 448-90) é o capítulo do trabalho, mas, no contexto por ele indicado, Lukács tem como referente concreto principal a história remota da humanidade, cronologicamente muito antes do capitalismo. Isso porque esses estágios da humanidade são os que melhor podem iluminar o salto ontológico da existência inorgânica e orgânica para uma existência propriamente social – esse sim, um dos grandes objetivos da *Ontologia* de Lukács<sup>6</sup>, mas que Mészáros não considera nessas passagens.

Neste capítulo inicial do segundo volume da *Ontologia*, a principal abstração feita é quanto a outros complexos que também são constitutivos da socialidade desde seu surgimento, especialmente a linguagem. Neste âmbito da análise, a sociedade capitalista oferece a chave analítica para a compreensão de períodos menos complexos, porque não seria possível identificar um ponto exato na história, com dia, mês e ano, para o salto ontológico – mas isso certamente ocorreu cronologicamente antes da consolidação da sociedade capitalista, de modo que não faz sentido criticar esse âmbito da análise lukácsiana por desconsiderar ou abstrair das condições específicas do capitalismo.

É evidente que Lukács pretende dizer algo sobre a sociedade contemporânea. Mas o capitalismo moderno aparece como referente empírico de forma mais direta nos últimos capítulos da obra. Além disso, mesmo quando o filósofo aborda questões de fato relativas ao capitalismo, muitas vezes se trata mais de um expediente ilustrativo do que um tratamento específico e centrado na sociedade capitalista. Em outros termos, a *Ontologia* não tem como objetivo principal explicar a existência social sob o capitalismo, e sim apreender o que for possível da existência social em geral, ainda que, para isso, seja necessário, evidentemente, compreender muitos aspectos característicos e exclusivos da sociedade capitalista, contrastando-os com as possibilidades contidas no desenvolvimento social em geral.

---

<sup>6</sup> É de conhecimento geral que Lukács queria escrever uma *Ética* depois de sua *Estética*, mas ele se deu conta de que uma concepção sobre o agir ético, para que não fosse idealista como suas obras da juventude, exigiria uma concepção concreta sobre o sujeito que age, isto é, uma ontologia do ser social. Procurando extrair essa ontologia dos escritos de Marx, Lukács se deu conta de que uma apreensão concreta do ser humano não pode ser feita sem conceber uma série de categorias que são necessárias para a existência desse ser. Ou seja, que a ontologia do ser social pressupõe, por sua vez, uma ontologia geral, incluindo também as esferas do orgânico (animais e plantas) e inorgânico (processos físico-químicos).

Pode-se dizer que o mesmo vale para o intuito de Marx ao analisar a economia da Inglaterra do século XIX: seu objetivo era compreender a sociedade capitalista em geral, e para isso não poderia deixar de compreender a situação particular da Inglaterra enquanto país com as relações capitalistas mais desenvolvidas. Um argumento sobre o papel da sociedade capitalista como caso clássico no plano de uma teoria sobre a sociedade em geral foi levantado recentemente por Bonente e Medeiros (2022), que acrescentam que de fato Lukács não oferece a seu leitor indicações suficientemente claras sobre isso<sup>7</sup>.

Por um lado, portanto, Mészáros não distingue com muita atenção esse sentido geral da obra ontológica de Lukács, o que torna frágil uma parte da sua crítica quanto ao fato de Lukács não considerar, desde o capítulo do trabalho, aspectos desenvolvidos e opressivos próprios do capitalismo (as “relações tirânicas do capital!”). Por outro lado, é sim preciso que uma análise do porte da que oferece Lukács seja capaz de dar conta dos aspectos específicos do capitalismo. Mas Mészáros também deixa escapar aspectos importantes nesse sentido, como no caso da teoria do estranhamento, como veremos na seção seguinte.

Mészáros afirma que abstrair do capital na configuração do trabalho é um expediente necessário para que Lukács sustente sua ética, implicando, ademais, uma suposta reformulação da identidade sujeito-objeto de *HCC*. Em suas palavras, essa abstração

[...] é necessária para os próprios objetivos de Lukács, inseparáveis do papel que ele deseja atribuir à ética. Nesse contexto, ele realiza seu objetivo teórico 1) ao descrever “o sujeito que trabalha” como trabalho em geral (ou a raça humana em si, identificada sem problemas com seus membros individuais), e 2) ao apresentar a forma de consciência – tal como em *História e consciência de classe* onde, como vimos, o proletariado poderia ser tratado como consciente mesmo quando “completamente inconsciente” – que pode ser rapidamente conciliada, na busca do nobre objetivo ético, com a ausência real de consciência (Mészáros, 2002, p. 489).

A identidade entre o “trabalho em geral” e o “sujeito que trabalha” seria uma formulação para a nova identidade sujeito-objeto que Mészáros quer atribuir a Lukács. Para Mészáros, na *Ontologia*, o trabalho, categoria fundante do ser social, foi tomado por Lukács como “sujeito-objeto idêntico do mundo da postulação teleológica” (*ibidem*, p. 488). Isso significa afirmar que este último não teria superado as próprias concepções hegelianas apresentadas em *HCC*.

Diga-se de passagem que o leitor do capítulo de Lukács sobre Hegel sabe bem que a identidade entre sujeito-objeto é veementemente rejeita pelo autor, justamente como a “falsa ontologia” de Hegel. Em lugar de expor a densa crítica de Lukács à identidade sujeito-objeto, podemos simplesmente mostrar como o autor entende a relação e *separação* entre sujeito e objeto em seus contornos gerais.

Para que o trabalho exista enquanto categoria que diferencia o ser social dos demais seres orgânicos é necessário que haja uma *separação* entre sujeito consciente e o

<sup>7</sup> “Mais do que isso, Lukács deveria ter alertado o leitor que o capitalismo está para a sua *Ontologia* como a Inglaterra está para *O capital* de Marx: trata-se do caso clássico, isto é, da forma mais desenvolvida do objeto em análise, razão pela qual é tomada como referente empírico do argumento” (Bonente e Medeiros, 2022, p. 12).

objeto (o mundo). Isso porque somente esse distanciamento permite que o sujeito seja capaz de, através do ato do pôr teleológico, pôr uma finalidade, isto é, realizar algo no mundo que seja distinto das legalidades que naturalmente se apresentam. Cabe ao sujeito pensante conhecer as causalidades presentes nos processos puramente naturais e, no âmbito de suas necessidades, utilizar conscientemente do trabalho para a criação do novo. Nesse sentido, o trabalho representa a categoria mediadora por excelência de sujeito e objeto, cujo *distanciamento* explicita o característico do ser social na realidade: a formação de uma consciência não mais epifenomênica (Duayer, Ecurra e Siqueira, 2013, pp. 20-21; Lukács, 2013, p. 63).

Resgatando um argumento dos *Prolegômenos* também é possível compreender o modo como Lukács percebe a relação entre aspectos subjetivos e objetivos na conformação de uma práxis peculiar do ser social no mundo. Ao tratar das chamadas categorias modais, mais especificamente da possibilidade, Lukács revela que todo pôr teleológico realizado pelo sujeito refere-se a uma escolha entre duas ou mais alternativas e a sua realização prática<sup>8</sup>, isto é, trata-se da execução objetiva de algo, tendo em vista a possibilidade escolhida (Lukács, 2010, p. 209). Desse modo, Lukács é capaz de defender que somente na esfera social é possível falar sobre o surgimento do “par opositivo sujeito/objeto”.

Como esclarece Araújo (2023), para Lukács, a práxis do trabalho é orientada para a transformação de determinado objeto que já existe na natureza enquanto ser-em-si. É através do trabalho que os seres humanos são habilitados a realizar variados tipos de objetivação<sup>9</sup>. Os objetos que derivam dessa dinâmica tornam-se socialmente úteis, mas é na consciência dos produtores que um vir-a-ser para-nós desses objetos pode ser formulado e obtido (*ibidem*, p. 3). Contra o argumento de Mészáros, portanto, é possível perceber que, por mais que os momentos subjetivos e objetivos que atravessam o agir dos seres humanos estejam inseparavelmente ligados pela práxis do trabalho, não seria correto afirmar que esses momentos representam uma identidade no sentido hegeliano, e é mais difícil ainda sustentar que Lukács oferece um argumento constituído de tal forma para explicar o trabalho em sua *Ontologia*.

Mészáros, em sua interpretação, deixa de identificar aspectos essenciais na formulação madura de Lukács sobre a categoria trabalho, alegando que a concepção de seu antigo mestre não passa de uma “verdade abstrata”, um recurso teórico necessário para que Lukács afirmasse o papel da ética na superação do estranhamento. Ao contrário do que sustenta Mészáros, defendemos que a categoria do trabalho, tal como concebida por Lukács, é apresentada desde sua gênese e busca compreender as características fundantes e gerais em diferentes formações sociais, não circunscrevendo sua análise à sociedade do capital. Também parece ser possível sustentar que a compreensão do trabalho como uma identidade sujeito-objeto é, no máximo, um recurso necessário para que Mészáros reivindique a inutilidade de mobilização do plano ético.

<sup>8</sup> Conforme veremos melhor na terceira seção deste artigo.

<sup>9</sup> “Sabemos que na realidade da prática do trabalho, objetivação e alienação são inseparáveis: ao efetivar a prévia ideação o produtor objetiva e aliena simultaneamente” (Araújo, 2023, p. 3).

## 2. Problemas na solução lukácsiana do estranhamento

Outra questão delicada do argumento de Mészáros é que ele não dedica muito esforço à análise dos estranhamentos na *Ontologia*, mas atribui ao último Lukács uma visão romântica sobre as possibilidades de superá-los. Sem pretender oferecer uma exposição exaustiva dos estranhamentos, na presente seção temos como objetivo rejeitar a proposição crítica de Mészáros enfatizando, por exemplo, que, para o Lukács da *Ontologia*, a superação de um estranhamento frequentemente traz consigo outros (e até piores) estranhamentos – ao contrário de uma suposta e romântica noção de superação definitiva.

Para Lukács, os estranhamentos (no plural) têm por base o antagonismo entre o desenvolvimento das capacidades sociais e o desdobramento da personalidade (Lukács, 2013, p. 582) o que, em outras palavras, significa dizer que os estranhamentos são movidos por momentos em que conquistas sociais se dão às custas da degradação de seus indivíduos e vice-versa. Além disso, na análise de Lukács, o estranhamento (no singular) consiste, também, em um complexo de opressões<sup>10</sup> que faz parte do ser social, com avanços, recuos, desenvolvimentos contraditórios *etc.* Por exemplo, do ponto de vista histórico, Lukács ressalta que a superação de estranhamentos específicos não é garantia de sua absoluta eliminação. Ao contrário,

Certamente [...] desapareceu a predominância da miséria brutal e do sobretabalho antropofágico com o auxílio dos quais Marx há mais de cem anos deu evidência aos problemas do estranhamento. Porém, os estranhamentos que passaram para o segundo plano foram substituídos por novos, a brutalidade manifesta daqueles atenuou-se, mas apenas para dar lugar a uma brutalidade aceita “voluntariamente” (Lukács, 2013, p. 725).

Ainda que passemos por tempos nos quais a “brutalidade manifesta” não pareça se atenuar em absoluto, o importante a reter é que Lukács concebe uma linha evolutiva complexa para os estranhamentos. Contudo, ele também considera que é um erro confundir o estranhamento com uma condição humana. Os estranhamentos podem ser clara e concretamente descritos no cotidiano, ainda que também nunca seja possível atribuí-los a um plano meramente individual: a luta de uma mulher contra violência não é um problema individual, o racismo é uma questão estrutural e assim por diante. Ao menos na concepção de Lukács, o estranhamento não é, por um lado, uma condição supra-histórica, e nem é um fenômeno “puramente” individual, pois em todos os casos ele ocorre sob certas condições sociais, e os indivíduos, como ele costuma afirmar, sempre oferecem respostas a problemas que são postos no plano social. Trata-se, em síntese, de um fato social que possui a qualidade de se manifestar aos indivíduos num nível individual e concreto (Araújo, 2023, p. 5). Algo decisivo para a teoria do estranhamento de Lukács, e que Mészáros não observa adequadamente, é que, para o autor da *Ontologia*, trata-se de um problema que aparece aos indivíduos como pluralidade:

[...] compreender adequadamente esse fenômeno implica entender que estranhamento no singular representa apenas um conceito teórico puramente abstrato [...]. Se quisermos penetrar intelectualmente até o seu ser autêntico, temos de chegar à compreensão de que o estranhamento como fenômeno

---

<sup>10</sup> Esta é uma ênfase que pode ser encontrada em Pinheiro (2020).

real do ser social real só pode aparecer na forma da pluralidade (Lukács, 2013, p. 607).

Além disso, os estranhamentos singulares, na visão de Lukács, são capazes de assumir uma aparência de autonomia tão significativa que não é raro que os indivíduos, ao se opor a algum(ns) estranhamento(s), acabem aceitando outros de maneira incontestável. Portanto, trata-se de um argumento que passa muito longe da concepção que Mészáros atribui a Lukács, segundo a qual o combate aos estranhamentos individuais assegura, por si só, a “vitória” ou “o sucesso da luta contra o poder [do estranhamento]” (Mészáros, 2002, p. 490). Seria possível, ainda nessa linha de argumentação, discorrer sobre a compreensão de Lukács acerca de um campo de ação concreto de possibilidades, e como esse conceito também confere a seu argumento uma orientação realista – e não romântica. Reservamos a apresentação desse conceito para a próxima seção, onde será importante enfatizar como os indivíduos, para Lukács, sempre se defrontam com condições concretas ao tomar decisões alternativas.

Neste momento, assinalamos que Lukács defende que as lutas contra estranhamentos individuais só ganham sentido realmente emancipatório quando estão dirigidas a um plano da generidade para-si, isto é, voltadas também e/ou principalmente para uma disputa sobre o tipo de sociedade que é não apenas possível, mas sobretudo desejável. Para Lukács, por um lado, a importância de um agir ético deriva do fato de que “não existe luta de classes em que o pró e o contra perante cada forma importante do estranhamento não tenha importância direta ou indireta, decisiva ou episódica” (Lukács, 2013, p. 624). Contudo, “permanece decisivo onde, como e quando sucede de fato uma atuação exemplar a favor da generidade para si, a favor da personalização autêntica dos homens, contra o seu estranhamento” (Lukács, 2013, p. 623).

Uma leitura que julgamos mais condizente com estes apontamentos é a de Duayer (2012), que também sustenta que o combate a uma forma de estranhamento – ainda que importante – não resulta imediatamente no combate a outros estranhamentos, e que tais lutas ganham sentido efetivamente crítico quando reivindicam também uma forma de sociabilidade diferente da capitalista.

Queremos um capitalismo melhor, com saúde pública universal de qualidade, mas que, ainda assim, fora dessa esfera, pode continuar presidindo todas as outras dimensões da vida social? E se a luta for ecológica? Queremos um capitalismo limpo, que respeite a natureza, mas que, respeitoso, continue a comandar um processo infinito de acumulação? E se a luta for educacional? Educação pública de qualidade para todos seria a razão da luta? Mas, atendida a demanda, poderia o capitalismo continuar educando sujeitos aptos a reproduzir suas relações sociais mantidas intactas nas outras esferas? Conclusão: se nada além do capitalismo é crível e, sobretudo, desejável, capaz de seduzir as pessoas, o que exatamente queremos quando fazemos a crítica e lutamos contra o *modus operandi* do capitalismo? (Duayer, 2012, p. 36).

Em resumo, Mészáros aponta para o caráter romântico da “mediação através da ética” de Lukács e alega que os efeitos das alternativas individuais são nulificados por um “modo necessário de operação dos sistemas do capital” (Mészáros, 2002, p. 490).

Ele sustenta sua crítica, sobretudo, na importância das mediações de segunda ordem<sup>11</sup> – que, como também veremos na próxima seção, não são exatamente ignoradas por Lukács. Porém, concordar com as críticas de Mészáros significa descartar, também, a possibilidade de que os indivíduos possam agir no sentido de enfrentar de modo consistente seus estranhamentos. É esse posicionamento que figura no centro da crítica de Mészáros a Lukács, mas nesse ponto a discordância – uma discordância a princípio legítima, como é de se esperar para dois intelectuais de relevo – não é suficiente para atribuir a Lukács uma concepção abstrata e romântica, como a que ele possuiu na juventude. Trata-se, por parte de Mészáros, de um expediente que simplifica uma teoria na verdade muito mais abrangente e complexa do que ele apresenta ao leitor.

Por fim, ao se referir à *Ontologia*, Mészáros reconhece o mérito da obra de Lukács ao desvendar a “relação entre a base material da sociedade e as várias formas de consciência social” (*ibidem*, p. 469). O problema, para Mészáros, é que a solução ética para a emancipação proposta por Lukács está atrelada a formas ideológicas (como a arte, a filosofia, a política, a ciência *etc.*) que atuam sobre uma base material – porque, neste âmbito, alega, as intervenções são nulificadas pelas mediações de segunda ordem<sup>12</sup>. Assim, seria preciso observar que “a margem de manobra ou o espaço de ‘autonomia’ para incorporar os interesses da sociedade civil” aparece cada vez mais limitada/o, devido ao processo de crise estrutural do capital (Oliveira, 2021, p. 45). Para Mészáros, essa situação debilita o poder desfetichizador de esferas ideológicas, como a da arte e da filosofia, sobrevalorizadas na teoria de Lukács.

De acordo com Mészáros, uma vez que essas esferas se encontram circunscritas ao sistema do capital, seus “poderes” de transformação social estariam bastante reduzidos. Assim, torna-se incoerente depositar esperanças nos complexos em que o “interesse emancipatório é particularmente forte, como acontece sem dúvida no domínio do discurso estético” (Mészáros, 2002 p. 469), pois estes não poderiam responder diretamente às exigências materiais da sociedade. Seriam, portanto, incapazes de influenciar a dinâmica da estrutura social já estabelecida, uma vez que “quanto mais articulada se torna a superestrutura legal e política, mais abrangentemente ela abarca e domina não apenas as práticas materiais reprodutivas da sociedade, mas também as mais variadas ‘formas ideais’ de consciência social” (*ibidem*, p. 469).

Similarmente, Mészáros argumenta sobre o Lukács da *Ontologia*, parece ser possível postular a superação da atual vida estranhada recorrendo-se apenas à tomada

<sup>11</sup> De acordo com Oliveira (2021), Mészáros compreende o intermédio dos seres humanos com o seu meio sobre dois aspectos, a partir do que ele denomina mediações de primeira e de segunda ordem. As mediações de primeira ordem “são funções inevitáveis da reprodução da vida material e cultural de qualquer ‘modo de intercâmbio social’” (Oliveira, 2021, p. 38). Já as mediações de segunda ordem surgiriam do processo de acumulação de capital: “No processo de ascendência histórica, o sistema do capital apropriou-se do controle do metabolismo primário” (*ibidem*).

<sup>12</sup> Todavia, é interessante notar como o argumento do próprio Mészáros se encaminha para uma solução inserida no plano político-ideológico. Para o autor, dado o elevado grau de autonomia adquirido pelas mediações de segunda ordem no capitalismo, seria preciso realizar uma ruptura definitiva com a *superestrutura legal e política* que legitima a acumulação capitalista. Ou seja, consistiria em realizar uma crítica dessa estrutura estatal estabelecida, sobretudo durante a época de transição, garantindo o fortalecimento do papel de um Estado novo, em um cenário pós-revolucionário (Mészáros, 2002, p. 470).

de consciência individual contra os autoestranhamentos presentes na vida cotidiana. Nessa crítica, escapa a Mészáros a dimensão de que atos de consciência individual orientados ao devir humano também não são considerados suficientes na visão de Lukács<sup>13</sup>. Para Mészáros, a ênfase em mobilizar as formas de consciência social representa uma hipostasia do papel da ética na superação do capitalismo, articulada, segundo o autor, de modo inadequado por Lukács. Todavia, mostramos que Lukács sustenta que as lutas contra as manifestações dos estranhamentos podem (ou não) adquirir um sentido emancipatório, e alguns elementos de sua teoria do estranhamento que foram muito brevemente considerados nesta seção parecem-nos suficientes para negar que haja em Lukács um simples voluntarismo no plano da ética.

### 3. O caminho concreto do agir teleológico e das escolhas entre alternativas

Para Mészáros, Lukács teria concebido de forma abstrata a relação entre o agir teleológico individual e a consolidação de estruturas que escapam ao controle dos indivíduos (relação entre o singular e o universal). Mészáros critica principalmente a formulação lukácsiana de que o indivíduo que age na realidade “escolhe” entre alternativas, uma vez que as alternativas estariam, no atual sistema do capital, atravessadas por mediações de segunda ordem que obstruem ou tornam nula a real capacidade de escolha. Com isso, torna-se impossível alterar o plano econômico/real a partir de decisões entre alternativas. Para o autor:

O modelo de Lukács, pelo qual indivíduos isolados, na qualidade de indivíduos autoconscientes, podem – com as consequências radicalmente reformadoras previsíveis – “escolher entre alternativas”, simplesmente não funciona, pois, no que ele denomina “assuntos econômicos”, a questão não é de modo algum realmente “econômica” mas uma questão de relações estruturais de poder politicamente articulada (Mészáros, 2002, p. 484).

No contexto dessa passagem, que condensa muitos pressupostos que precisam e serão discutidos nesta seção, o principal alvo de Mészáros é *O presente e o futuro da democratização*<sup>14</sup>, um trabalho escrito por Lukács entre setembro e dezembro de 1968 (ou seja, no mesmo período em que escrevia a *Ontologia*). Lukács enviou o manuscrito

<sup>13</sup> Uma discussão sobre a teoria do estranhamento, alienação e reificação na *Ontologia* pode ser encontrada em Paulo (2022).

<sup>14</sup> O título original da obra é *Demokratisierung heute und morgen*, traduzido para o inglês como *The process of democratization*, cf. Lukács (1991). *O presente e o futuro da democratização* é um escrito redigido às pressas, tanto porque Lukács sentia a urgente obrigação de combater uma adesão irrestrita à democracia capitalista que batia à porta da Hungria, quanto porque era seu desejo terminar logo esse texto para retomar a redação da *Ontologia*, que era para o filósofo a tarefa mais importante de sua última década de vida. Na primeira parte, uma das preocupações do filósofo é sustentar que cada formação econômica concreta faz emergir um tipo específico e característico de democracia: “O ser real de todos os cidadãos, sua cooperação na vida democrática, está intimamente associado a uma formação econômica específica” (Lukács, 1991, p. 72). Partindo disso, ele declara que, para sociedades socialistas, a alternativa pró democracia burguesa é falsa, e mais adiante acrescenta que “a democracia socialista é o imediato oposto da democracia burguesa” (*ibidem*, p. 102). Em resumo, Lukács defende que, na sociedade socialista e comunista, ao contrário da capitalista, há a possibilidade de formulação da vida conforme os anseios dos seres humanos, colocando à sua disposição escolhas reais sobre o desenvolvimento econômico (*ibidem*, p. 99).

ao Partido, que prontamente o censurou e determinou que não fosse publicado. Só em 1988 ele veio à tona “como se a tinta do escritor tivesse secado havia pouco no manuscrito” (*ibidem*, p. 347). Neste artigo, não há espaço para comentários mais exaustivos sobre esse texto de Lukács, mas fica claro que, nesse caso, as críticas Mészáros ao escrito sobre democratização repousam sobre (ou melhor, se voltam contra!) as teses elaboradas na *Ontologia*, cuja redação foi interrompida entre setembro e dezembro de 1968 para elaborar o manuscrito sobre a democratização.

Em *Para além do capital*, é possível notar o empenho de Mészáros em afirmar duas proposições, intimamente relacionadas à citação com a qual abrimos esta seção, sobre o “modelo de Lukács”: i) que se trata de uma formulação que permanece em um plano abstrato; ii) que os indivíduos seriam, segundo Lukács, “autoconscientes”. Isso leva a concluir que o fenômeno de escolher entre alternativas é considerado como algo que compete a indivíduos como se estes fossem completamente autônomos em relação à sociedade ou, mais especificamente, como se fossem imunes às relações políticas que tornariam completamente nulos esses atos de escolhas. Para Mészáros, a disputa no plano da ética pela escolha entre essa ou aquela realidade não pode ser efetivada na prática porque nos encontramos “num mundo preso no círculo vicioso das mediações de segunda ordem do capital” (*ibidem*, p. 491).

Mais uma vez, parece ser possível rejeitar as críticas de Mészáros à Lukács simplesmente apresentando aspectos da teoria desenvolvida na *Ontologia*. Para isso enfatizamos a interrelação entre os complexos da economia e do direito, a delimitação estabelecida pelo conceito de campo de ação de possibilidades e a dinâmica do agir “sob pena de ruína”. Após comentar esses tópicos, teremos mostrado que a perspectiva do autor da *Ontologia* não é nem abstrata, nem desconsidera fatores como as relações de poder, que são caras ao argumento de Mészáros (2002).

Para entender a relação entre dois complexos como economia e direito, é preciso considerar o tratamento metodológico que Lukács confere à sua análise. Sua investigação sobre o trabalho no capítulo homônimo, como mencionamos na primeira seção, cumpre o objetivo principal de mostrar como o ser humano pôde vir a ser o que ele é: um ser dotado de existência propriamente social. Em seguida, ao conjunto muito amplo de determinações do trabalho, que ganha o nome de complexo, Lukács acrescenta a linguagem, a educação, a ciência, a religião, o cotidiano, a economia, a guerra, a ideologia, o estranhamento *etc.*, que compõem a existência social, entendida portanto como um “complexo de complexos”<sup>15</sup>.

Em passagens extremamente instrutivas do capítulo sobre a ideologia, Lukács explica que mesmo que o movimento global unitário, ou seja, a totalidade, tenha uma relevância ontológica sempre decisiva, é possível examinar cientificamente relações entre fenômenos e conjuntos de fenômenos isolados, isto é, as partes. No quadro da

---

<sup>15</sup> “Até o estágio mais primitivo do ser social representa um complexo de complexos, onde se estabelecem ininterruptamente interações, tanto dos complexos parciais entre si quanto do complexo total com suas partes. A partir dessas interações se desdobra o processo de reprodução do respectivo complexo total, e isso de tal modo que os complexos parciais, por serem – ainda que apenas relativamente – autônomos, também se reproduzem, mas em todos esses processos a reprodução da respectiva totalidade compõe o momento predominante nesse sistema múltiplo de interações” (Lukács, 2013, p. 162).

análise dos complexos, Lukács afirma que investigar as partes sem perder de vista a totalidade envolve, resumidamente, três coisas. Primeiro, um esboço adequado da constituição interior dos complexos. Segundo, mostrar como os componentes desse complexo são autônomos em algum nível, isto é, analisar seus elementos mais concretos e específicos. Terceiro, mostrar como, apesar dessa autonomia, sempre relativa, os complexos separados no pensamento ainda se encontram conectados por conta do caráter ontologicamente prioritário da sua constituição interna.

Prioridade ontológica significa antecedência na relação de existência, em outras palavras, “algo” que só pode existir por conta de “outro algo” que veio antes, e não uma posição hierárquica diretamente superior ou inferior. Em síntese, a análise de complexos individuais não apaga a relação entre eles e outros complexos e nem com a totalidade. Mas é necessário, afirma Lukács, considerar a dinâmica particular de cada complexo: “não basta o simples ater-se abstrato à totalidade última do processo total e à sua influência determinante sobre os grupos singulares de fenômenos. Fazendo isso, facilmente se pode ficar preso a uma fraseologia abstrata” (Lukács, 2013, p. 554).

Ou seja, conforme o procedimento metodológico empregado por Lukács, é justamente para estabelecer conexões entre as partes componentes do ser social que não sejam uma “fraseologia abstrata” que ele investiga mais pormenorizadamente elementos específicos, como o complexo do estranhamento, o agir individual, as posições teleológicas *etc.* Isso significa que, quando o autor trata de escolhas entre alternativas, não está, em momento nenhum, se referindo a “indivíduos isolados” construindo sua própria história<sup>16</sup>.

Enfim, sem nunca perder esse caráter global de vista é que Lukács analisa complexos em suas particularidades e conexões. Dessa forma ele relaciona a reprodução material geral da vida, isto é, o complexo da economia, e a consolidação de estruturas ideológicas voltadas à regulação dessa reprodução, como é o caso do aparato jurídico e do direito, em que se manifestam as estruturas de poder muito destacadas por Mészáros. Lukács não se refere ao direito, ou à jurisdição, como um “complexo”, mas como uma “esfera” do ser social. Nomenclaturas à parte, o fato é que ele explica o direito e a jurisdição pelo mesmo procedimento que mencionamos nos parágrafos anteriores: como algo dotado de constituição própria, diferenciável e relativamente autônomo em relação ao plano de onde surgiu (a economia), sem nunca, contudo, deixar de estar intimamente conectado a essa origem. Ao contrário, a autonomia relativa que o direito é capaz de obter é justamente o que o torna mais apto a cumprir sua função reguladora da reprodução da vida de forma correspondente às “relações estruturais de poder politicamente articuladas”, como prefere Mészáros. Mas isso só torna essas relações ainda mais vinculadas às questões econômicas, e não algo separado delas<sup>17</sup>. Conforme destaca Lukács:

---

<sup>16</sup> Pelo contrário, no capítulo sobre Marx, onde Lukács também discute questões metodológicas, não há muito espaço para dúvida. A história se desenrola no âmbito dos complexos, e não num âmbito individual: “só um complexo pode ter história” (Lukács, 2012, p. 353).

<sup>17</sup> Uma afinidade muito interessante entre direito e economia, apontada por Lukács, é que os indivíduos, em seu cotidiano, medem as consequências jurídicas de seus atos, chances de sucesso, os riscos de fracasso *etc.* de maneira muito semelhante a como se faz nas relações econômicas (Lukács, 2013, p. 236). Isso ocorre, por exemplo, quando se avalia o risco de

O próprio desenvolvimento social providencia que daí não resulte nenhuma autonomia absoluta, naturalmente não de modo automático, mas na forma de tarefas a serem cumpridas em cada caso, na forma de reações, atividades etc. humanas que surgem a partir delas, não importando se, nessas questões, essa autonomia se torne mais ou menos consciente, não importando o quanto ela seja mediada ou o quanto seja desigual o modo como ela se impõe (Lukács, 2013, p. 249).

Por isso, a recusa de Mészáros, na medida em que separa rigidamente a economia e as estruturas de poder que dela emergem, é que está sustentada em uma concepção isoladora. Tais estruturas nunca se autonomizam totalmente de questões econômicas. O que Lukács sustenta é que “em cada sistema de inter-relações dentro de um complexo de ser, como também em cada interação, há um momento predominante” (Lukács, 2013, p. 85), e no caso da interação que acabamos de destacar, o filósofo reconhece, muito firmemente apoiado em Marx, que a economia é o momento predominante<sup>18</sup>.

Por fim, para mostrar como toda essa argumentação chega ao plano mais concreto das escolhas entre alternativas, pode-se assinalar, primeiro, que, para Lukács, o ser humano é um ser que responde a condições de vida, sociedade, família *etc.* muito bem determinadas e que influenciam seus atos, crenças e sentimentos “do nascimento ao túmulo”. Essas influências compõem um campo de ação previamente estabelecido para as respostas que o indivíduo pode oferecer a cada situação concreta. O que Lukács diz é simplesmente que, ao indivíduo que responde, sempre é permitido, no limite, “um sim ou um não (ou uma ‘abstenção do voto’) à pergunta posta pela sociedade” (*ibidem*, p. 287). Além disso, as relações de necessidade só podem se efetivar quando atuam sobre e através da escolha entre alternativas por parte dos indivíduos (*ibidem*, p. 590). Lukács frequentemente alerta que conceber a necessidade social como algo irresistível é característico ou de concepções materialistas vulgares, ou de sistemas categoriais como o hegeliano – concepções das quais ele procura se afastar<sup>19</sup>.

Quando a necessidade é imposta aos indivíduos, alternativas e decisões são feitas “sob pena de ruína”. Tendências econômicas atuam de forma tão intensa que as tarefas e questões levantadas na vida das pessoas singulares exigem respostas e soluções “de modos bem determinados, economicamente prescritos” (*ibidem*, p. 618). Marx, considerando essas relações, no primeiro prefácio de *O capital*, alerta que não retrata capitalistas e proprietários fundiários “com cores róseas”, mas eles, assim como os trabalhadores, são indivíduos portadores de determinadas relações e classes.

Meu ponto de vista, que apreende o desenvolvimento da formação econômica da sociedade como um processo histórico-natural, pode menos do que

---

atravessar um sinal vermelho para ganhar tempo, ou quando a decisão é sobre prolongar uma greve além do período legalmente estipulado. No mundo moderno, a relação do indivíduo com as leis da sociedade está indissociavelmente atrelada ao aspecto econômico.

<sup>18</sup> Note-se que essa mesma compreensão geral sustenta a ideia de que tipos diferentes de democracia estejam associadas a formações específicas.

<sup>19</sup> Lukács, ao comentar o sistema categorial hegeliano, enfatiza ainda mais a importância de conceber o âmbito da necessidade causal em sociedade como algo não-automático porque “nessa generalização surge o fantasma da identidade” (Lukács, 2013, p. 144), do qual Lukács claramente se afasta, conforme discutimos, por exemplo, na primeira seção do artigo.

qualquer outro responsabilizar o indivíduo por relações das quais ele *continua a ser socialmente uma criatura, por mais que, subjetivamente, ele possa se colocar acima delas* (Marx, 2013, p. 80; grifos adicionados).

Em outras palavras, um capitalista pode até deixar de se comportar e tomar decisões como capitalista, mas isso o empurrará para a falência, ao passo que o trabalhador que não trabalhe será empurrado para a miséria e, no limite, para a morte. Quando fala das possibilidades que a alternativa coloca para o indivíduo são também esses aspectos que Lukács leva em conta, o que o coloca muito distante da concepção extremamente voluntarista e abstrata que Mészáros lhe atribui. Isso poderia ser exaustivamente reforçado neste texto com muitas outras passagens e trechos da *Ontologia*.

Por fim, devemos ainda destacar que, para Lukács, a “autoconsciência”, no sentido de serem oniscientes quanto às consequências de seus atos, não é, de forma nenhuma, uma propriedade intrínseca dos indivíduos. Para isso basta citar apenas uma frase: “a práxis cotidiana está sempre envolta pelo amplo círculo do incognoscível, impossível de ser totalmente controlado” (Lukács, 2013, p. 658). Sendo assim, limites quanto às alternativas sempre fizeram parte da realidade humana, seja por um desconhecimento dos processos básicos da natureza (sobretudo nas primeiras organizações sociais humanas), seja em decorrência da dominação de ideologias místicas (como a operada pelo catolicismo), ou mesmo decorrentes de outros modos de produção não capitalistas fundados na exploração do trabalho (como a escravidão antiga).

O argumento de Lukács indica que o avanço da humanidade, que pode (ou não) ser em direção à superação da generidade-em-si, é possível por causa das escolhas entre alternativas, juntamente com fato de que grupos humanos selecionam aquelas consideradas “corretas” e as empregam como ideologias capazes de resolver conflitos em sociedade. Também no prefácio da primeira edição de *O capital* Marx afirmava, observando transformações ocorridas na Europa e América do Norte, que “a sociedade atual não é um cristal inalterável, mas um organismo capaz de transformação e em constante processo de mudança” (Marx, 2013, p. 80).

Para finalizar, procuramos apresentar a inter-relação das decisões individuais e a transformação social conforme os *Prolegômenos*. Segundo Lukács:

Vemos, de um lado, que cada decisão alternativa de cada trabalhador tornado individualidade pressupõe como base um determinado estágio do desenvolvimento do ser social, e, por outro lado e ao mesmo tempo, que a práxis coletiva assim originada (síntese prática de muitas decisões alternativas pessoais imediatas) não pode ser, em absoluto, mera consequência mecânico-causal direta do desenvolvimento (econômico) social objetivo, e sim pressupõe a decisão individual – por esse motivo variada – de muitos [...] (Lukács, 2010, p. 94-95).

Essa condição da mudança em sociedade faz com que, mesmo que sempre acompanhado pelo “círculo do incognoscível” nas relações do cotidiano, o ser humano tenha que refletir sobre “o presente e o futuro da sociedade na qual, mediado por tais decisões, ele se reproduz individualmente, como ele a deseja enquanto ser, que direção do processo corresponde a suas ideias sobre o curso favorável de sua própria vida e da de seus semelhantes” (*ibidem*, p. 95). Portanto, o essencial da ética lukácsiana que é rejeitado por Mészáros parece ter origem numa incompreensão sobre o verdadeiro significado da economia, do trabalho e do agir individual na *Ontologia* de Lukács, responsáveis pela mediação de cada singularidade com a formação da generidade.

Neste texto, mostramos que Lukács não considera o indivíduo em abstrato, com capacidades que independem da sociedade, e que tampouco há razão em alegar uma espécie de autoconsciência inata do indivíduo. O que autor sustenta é que as pessoas são chamadas a tentar compreender em maior ou menor medida como suas ações repercutem em um plano histórico-social: o que ele chama de democratização socialista (Lukács, 1991), por exemplo, cumpriria um papel no sentido de potencializar esses efeitos e a apreensão deles por parte das pessoas.

É importante recordar que Mészáros recusa o argumento de Lukács, sustentando que este não considerou as “mediações de segunda ordem”, mas a ideia não é estranha à Lukács: “quanto mais desenvolvida, quanto mais social for uma formação econômica, tanto mais complexos são *os sistemas de mediação* que ela precisa construir dentro e em torno de si” (Lukács, 2013, p. 384; grifos adicionados). A diferenciação de mediações cada vez mais complexas, portanto, também é uma questão analisada pelo autor. A diferença é que ao invés de entender que estruturas de mediação como a ideologia, a política *etc.* se desvinculam do agir individual, Lukács entende (adequadamente, ao nosso ver) que tais estruturas sempre repousam sobre práticas que as afirmam ou negam.

### Considerações finais

O leitor que conhece a relação pessoal e profissional construída por Mészáros e Lukács pode se surpreender com o teor das críticas dirigidas pelo primeiro ao segundo. Como procuramos destacar neste texto, a argumentação de Mészáros é pautada pela rejeição da luta no campo da ética que, como se sabe, ocupa papel central na teoria de Lukács. Sabemos inclusive que o plano de Lukács seria apresentar uma discussão profunda sobre o assunto em uma *Ética*, como desdobramento das conclusões dos seus textos ontológicos. Como o autor não pôde realizar esse empreendimento, não há uma ética lukácsiana concluída. Mas também não se pode afirmar que não há uma reflexão do autor sobre a ética na *Ontologia*. Na analogia proposta por Tertulian (2010, p. 21), a ética de Lukács não toma a forma de um edifício acabado, mas tampouco é possível dizer que o projeto permaneceu um esboço. Há uma linha coerente e discernível na *Ontologia* para problemas de natureza ética. Trouxemos apenas alguns desses elementos para rebater as críticas de Mészáros, mas há ainda um amplo caminho a percorrer para que se possa apreciar adequadamente as contribuições de Lukács no campo da ética<sup>20</sup>.

Vimos neste artigo que Mészáros recusa as proposições de Lukács no campo da ética tendo por base uma série de incompreensões sobre significado do trabalho e do agir teleológico na obra ontológica. Estes, como sustenta Lukács, permitem a escolha entre alternativas – ainda que não de forma indiscriminada, abstrata, autoconsciente *etc.* Incompreensões quanto a esse tema impregnam todo o argumento de Mészáros contra seu antigo professor e amigo, de modo que foram resgatadas diversas passagens da *Ontologia* para evidenciar que suas críticas não a atingem. Para Mészáros, como apresentamos, a posição supostamente romântica de Lukács em relação à ética, as (fal-

<sup>20</sup> Um conjunto já expressivo de reflexões abordam esse tema, das quais mencionamos aqui apenas algumas: Tertulian (2010), Medeiros (2011), Duayer e Medeiros (2015), Sartori (2018, 2022) e Albinati (2015).

sas) abstrações utilizadas para compreender categorias essenciais da *Ontologia* e a suposta desconsideração das “mediações de segunda ordem do capital” seriam responsáveis por inabilitar o pensamento de Lukács.

Um pensador do porte de Mészáros certamente foi capaz de notar as mudanças na perspectiva teórica de Lukács durante as muitas décadas em que o filósofo produziu no interior da tradição marxista. Contudo, as discussões indicaram, em maior ou menor medida, uma associação exagerada, por parte de Mészáros, entre a juventude e as últimas obras de Lukács. Como considerações conclusivas, mas que ainda precisam ser trabalhadas, podemos sugerir que as considerações de *Para além do capital* estão muito profundamente vinculadas à tese de Mészáros segundo a qual não há nenhuma “ruptura radical” na concepção teórica de Lukács – uma tese que ele defende, pelo menos, desde *O conceito de dialética em Lukács*. Esse texto manifesta o esforço do autor em buscar correspondências entre a produção da juventude e a da maturidade de Lukács. Conforme vimos, um exemplo dessa perspectiva que salta aos olhos em *Para além do capital* é a tese de que há um novo sujeito-objeto idêntico na formulação lukácsiana sobre o trabalho, apresentada na *Ontologia*.

É no mínimo curioso que Mészáros, ao se referir ao ensaio *O presente e o futuro da democratização* (que, como se sabe, só obteve aval para ser publicado 20 anos após Lukács tê-lo escrito), reclame que o texto fosse tomado “como se a tinta tivesse acabado de secar”. Isso porque o próprio Mészáros age de forma semelhante, quando resgata diversos elementos das obras da juventude de Lukács e os hipostasia em suas considerações sobre o último grande trabalho de seu antigo orientador. Como consequência disso, podemos dizer que o significado da obra ontológica de Lukács é ainda um tanto desconhecido por Mészáros (o que também se revela, diga-se de passagem, para muitos dos ex-alunos de Lukács frequentadores da “Escola de Budapeste”). Por isso, neste texto, acentuamos a necessidade de livrar as teses ontológicas de Lukács das equivocadas críticas que a elas foram dirigidas e que aqui foram sumariamente apresentadas. Reforçamos que um resgate acurado do argumento da *Ontologia* é imprescindível para que se compreenda as possibilidades de ação concretas do ser social em direção à emancipação, sendo impossível eliminar a ética desta investigação.

## Referências

- ALBINATI, Ana Selva C. B. “Lukács: pensar a ética a partir de Marx”, *Sapere Aude*. Belo Horizonte, v. 6, n. 11, 2015, pp. 17-30.
- ARAÚJO, Paulo Henrique Furtado de. “Glosas sobre alguns aspectos gerais do estranhamento (*Entfremdung*) em *Para uma ontologia do ser social* de Lukács”. In: CORRÊA, Ana Laura et alii (orgs.). *Anuário Lukács*. Brasília: Comissão Editorial do Anuário Lukács, 2023, pp. 362-395.
- BONENTE, Bianca Imbiriba; MEDEIROS, João Leonardo. “Lukács e o teste de Rorschach da *Ontologia*: a ‘lei do valor’ como fundamento dinâmico da vida social”. In: Encontro Nacional de Economia Política, XXVII, 2022, Uberlândia. *Anais...* Uberlândia: Sociedade Brasileira de Economia Política, 2022. Disponível em: <[https://www.sep.org.br/01\\_sites/01/index.php/enep-2/trabalhos- aprovados](https://www.sep.org.br/01_sites/01/index.php/enep-2/trabalhos- aprovados)>. Acesso em 07 de março de 2023.
- DEL ROIO, Marcos. “Mészáros e Lukács, artigo-homenagem”, *Revista Novos Rumos*. Marília, v. 54, n. 2, 2017.
- DUAYER, Mario. “Marx e a crítica ontológica da sociedade capitalista: crítica do trabalho”, *Em Pauta*. Rio de Janeiro, v. 10, n. 29, 2012, pp. 35-47.
- DUAYER, Mario; ESCURRA, Maria Fernanda; SIQUEIRA, Andrea Vieira. “A ontologia de Lukács e a restauração da crítica ontológica em Marx”, *Revista Katálysis*. Florianópolis, v. 16, n. 1, p. 17-25, jun. 2013.
- DUAYER, Mario; MEDEIROS, João Leonardo. “A ontologia crítica de Lukács: para uma ética objetivamente fundada”. In: MIRANDA, Flávio; MONFARDINI, Rodrigo. *Ontologia e estética*. Coleção NIEP-Marx volume 2. Rio de Janeiro: Consequência, 2015, pp. 17-44.
- FEHER, Ferenc; HELLER, Agnes; MARKUS, Gyorgy; VAJDA, Mihaly. Notes on Lukacs’ Ontology. *Telos*, n. 29, p. 160-181, 1976.
- LUKÁCS, György. *The process of democratization*. Tradução de Susanne Bernhardt e Norman Levine. Albany: State University of New York Press, 1991.
- LUKÁCS, György. *Prolegômenos Para uma ontologia do ser social*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010.
- LUKÁCS, György. *Para uma ontologia do ser social I*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012.
- LUKÁCS, György. *Para uma ontologia do ser social II*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.
- LUKÁCS, György. *Conversando com Lukács*. Tradução de Giseh Vianna. São Paulo: Instituto Lukács, 2014.
- LUKÁCS, György. *Essenciais são os livros não escritos: últimas entrevistas (1966-1971)*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2020.
- MARX, Karl. *O capital: crítica da Economia Política*, Livro I. São Paulo: Boitempo editorial, 2013.
- MEDEIROS, João Leonardo. “As implicações da teoria do valor de Marx para a ética: uma interpretação a partir da ‘obra ontológica’ de Lukács”, *Política & Sociedade*. Florianópolis, v.10, n. 19, 2011, pp. 275-304.

- MÉSZÁROS, István. *Para além do capital: rumo a uma teoria de transição*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.
- MÉSZÁROS, István. *O conceito de dialética em Lukács*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.
- MÉSZÁROS, István. *A teoria da alienação em Marx*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2016 [1970].
- OLIVEIRA, Marcio Roberto. *A guerra às drogas como complexo ideológico do capitalismo contemporâneo*. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal Fluminense, Programa de Pós-Graduação em Economia, Niterói, 2021.
- PAULO, Sávio Freitas. Estranhamento, alienação e reificação: uma análise da primeira e da última obras marxistas de Lukács. *Marx e o Marxismo*. Niterói, v. 10, n. 18, pp. 52-68, 2022.
- PINHEIRO, Filipe Leite. *Marx como teórico da luta contra as opressões: uma análise a partir da teoria do estranhamento de Lukács*. Tese (Doutorado). Universidade Federal Fluminense, Programa de Pós-Graduação em Economia, Niterói, 2020.
- SARTORI, Vitor. “A obra madura de Lukács: sobre a correlação entre ética e ontologia”, *Revista Katálysis*. Florianópolis, v. 25, n. 2, 2022, pp. 337-345.
- SARTORI, Victor. “Lukács e a especificidade da questão da ética: Apontamento sobre a crítica lukacsiana ao direito e à moral”, *Revista de direitos humanos e democracia*. Ijuí, v. 6, n. 11, 2018, pp. 281-327.
- TERTULIAN, Nicolas. “O grande projeto da Ética”, *Verinotio*. Belo Horizonte, n. 12, 2010, pp. 21-29.
- TERTULIAN, Nicolas. “Uma apresentação à *Ontologia do ser social*, de Lukács”, *Crítica Marxista*. Campinas, Brasiliense, v. 1, n. 3, 1996, pp. 54-69.
- VAISMAN, Ester. O “jovem” Lukács: trágico, utópico e romântico? *Kriterion*. Belo Horizonte, n. 112, pp. 293-310.

Recebido em 05 de outubro de 2023

Aprovado em 30 de novembro de 2023